



07 DE DEZEMBRO DE 2016

Quarta-feira

- EMPRESÁRIOS CRITICAM REFORMA DE PIS/COFINS
- MOTORISTAS E COBRADORES DE EMPRESA APROVAM INDICATIVO DE GREVE E LINHAS ATRASAM EM CURITIBA
- CENTRAIS DIZEM QUE REFORMA DA PREVIDÊNCIA É 'COMBUSTÍVEL' PARA GREVE
- MEIRELLES DIZ A SINDICALISTAS QUE PROPOSTA PARA PREVIDÊNCIA 'É PARA O DEBATE'
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA TEM 'GORDURA' PARA NEGOCIAÇÃO NO CONGRESSO
- MEIRELLES: PAÍS PRECISA ENFRENTAR AJUSTES PARA GARANTIR DIREITOS DOS CIDADÃOS
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA TEM GATILHO QUE PODE ELEVAR IDADE MÍNIMA A 67 ANOS
- ALTA DA GASOLINA PODE TER IMPACTO DE 0,12 PONTO PORCENTUAL NO IPCA
- CAETANO: PROPOSTA NÃO ALTERA ALÍQUOTA DA PREVIDÊNCIA, MAS REVÊ RENÚNCIAS
- RECEITA FEDERAL SIMPLIFICA EXPORTAÇÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- CONSIGNADO COM GARANTIA DO FGTS TERÁ JURO DE 3,5% AO MÊS
- TAXA DE JUROS DO CHEQUE ESPECIAL TEM LEVE ALTA E CHEGA A 13,6% AO MÊS
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS SOBE 12% DE OUTUBRO PARA NOVEMBRO, DIZ ANFAVEA
- CONSTRUÇÃO CIVIL FECHA O ANO EM QUEDA NO PARANÁ
- ARTIGO: 'TEMPESTADE PERFEITA' QUE ESTAMOS VIVENDO NÃO É OBRA DE IMPROVISO
- ARTIGO: INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS ACELERA CONTRATAÇÕES
- CRISE PODE ACELERAR QUEDA DA TAXA DE JUROS, DIZ BANCO CENTRAL
- POUPANÇA TEM EM NOVEMBRO 1º SALDO POSITIVO NO ANO, DIZ BANCO CENTRAL
- PETROLEIRAS E MONTADORAS DIVERGEM EM DEBATE CUSTOSO SOBRE VEÍCULOS ELÉTRICOS
- ABIMAQ ACHA DIFÍCIL 2017 SER PIOR QUE 2016 E APOSTA EM DEMANDA REPRIMIDA

- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NÃO DEVE ATINGIR PREVISÃO DE PRODUÇÃO PARA 2016, DIZ ANFAVEA
- MERCADO BRASILEIRO DEVE LEVAR DEZ ANOS PARA VOLTAR AO PATAMAR RECORDE
- PLANEJAMENTO, BOA GESTÃO E PARCERIAS GARANTEM CRESCIMENTO DE EMPRESAS
- ATRAÇÃO E RETENÇÃO AFLIGEM EMPRESAS
- VENDAS DE VEÍCULOS COMEÇAM A REAGIR
- CAMINHÕES CONTINUAM SEM INDÍCIO DE MELHORA
- EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS DEVEM SUPERAR PROJEÇÕES PARA O ANO
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS SOFRE PARA CHEGAR A 2 MILHÕES EM 2016
- CONFIRA OS RESULTADOS DA INDÚSTRIA ATÉ NOVEMBRO
- EMPREGOS NA INDÚSTRIA CRIATIVA RESISTEM À CRISE ENTRE 2013 E 2015
- SIMPLES NACIONAL - PARCELAMENTO
- CENTRAIS RECHAÇAM PROJETO DE TEMER PARA A PREVIDÊNCIA

CÂMBIO		
EM 07/12/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3, 386	3,386
Euro	3,637	3,639

Fonte: BACEN

Empresários criticam reforma de PIS/Cofins

06/12/2016 – Jornal Extra/ Globo

Empresários do setor de serviços se reuniram ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para se posicionarem contra uma possível reforma na tributação do PIS/Cofins.

A ideia de unificar e simplificar as alíquotas foi sugerida no governo Dilma Rousseff, mas, para os empresários, pode acabar sendo usada pela equipe econômica do presidente Michel Temer para incrementar as receitas.

O setor — que inclui saúde, educação, tecnologia da informação e telecomunicações — alega que seria excessivamente onerado e argumenta que, para suportar uma reforma nesses termos, teria de demitir.

CELULAR E INTERNET MAIS CAROS

A reforma do PIS/Cofins, dizem os empresários, elevará a carga tributária em R\$ 50 bilhões, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Tributação (IBPT). Com isso, argumentam que serviços como mensalidades, planos de saúde, celulares e internet ficarão mais caros. Em resposta, Rodrigo Maia afirmou que, se o projeto realmente for elevar a carga, não será pautado enquanto ocupar o cargo:

— A crise no Brasil é muito profunda, tanto institucional quanto econômica, e qualquer caminho que seja para onerar mais a sociedade e impactar mais o setor produtivo e o desemprego, essa Casa não vai aprovar — sustentou Maia.

Da forma como foi desenhada pela equipe de Dilma, a reforma do PIS/Cofins unificaria os tributos de forma gradual, com um período de transição. A alíquota teria de ser calibrada entre os setores. Para os serviços, subiria dos atuais 3,65% para 9,25%. O aumento seria compensado por um sistema de abatimento no qual as empresas acumulariam créditos referentes aos impostos pagos nas compras de insumos e poderiam deduzi-los dos tributos cobrados em suas vendas.

O setor de serviços, porém, diz que, na prática, como o maior gasto dessas empresas é com mão de obra e não com insumos, teriam pouco crédito a abater e acabariam onerados. O presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), Eduardo Levy, estima que seriam quase R\$ 4 bilhões a mais em impostos. Esse foi o valor do lucro do setor em todo o ano passado.

— Não chegou nenhuma proposta (ao Congresso), mas existe uma proposta na Fazenda. A ideia da unificação é boa, mas da forma como está sendo feita, todos aqueles setores que utilizam extremamente a mão de obra não vão poder utilizar o mecanismo de abatimento — disse.

O diretor da Confederação Nacional de Saúde, Eduardo Dornelas, afirmou que, no caso do setor, a folha de salários tem peso de 55% na composição de preços. Já os insumos representam pouco mais de 12,5%:

— Esse modelo não interessa à saúde. Senão o caminho será a extinção de hospitais. Os planos de saúde vão ficar mais caros.

Na educação, os empresários estimam alta de 6,17% das mensalidades.

— Mexer com um setor que pode dar respostas rápidas de emprego à sociedade é o caos — pontuou Ermínio Lima, vice-presidente executivo da Central Brasileira do Setor de Serviços.

O Ministério da Fazenda não quis comentar o possível envio do texto ao Congresso.

Motoristas e cobradores de empresa aprovam indicativo de greve e linhas atrasam em Curitiba

06/12/2016 – Tribuna PR



Motoristas e cobradores da empresa São José Filial abriram um indicativo de greve para 72 horas a partir da manhã de hoje. Eles reclamam que a empresa pagou parcialmente os salários aos trabalhadores referente ao mês de novembro. O que

deveria ter sido feito por completo até o quinto dia útil, segundo o Sindicato dos Motoristas e Cobradores de ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc).

Os trabalhadores decidiram o indicativo após uma assembleia nas primeiras horas da manhã de hoje. Por conta disso, 117 linhas atendidas pela empresa atrasaram e acabaram prejudicando passageiros da região Leste e Sul de Curitiba, além de alguns lugares de São José dos Pinhais.

Centrais dizem que reforma da Previdência é 'combustível' para greve

06/12/2016 – Jornal Extra / Globo



Integrantes de centrais sindicais que se reuniram nesta terça-feira com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticaram duramente a proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo ao Congresso Nacional.

Para o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical, caso o governo não negocie mudanças no texto, isso será o "combustível perfeito" para se convocar uma greve geral. Apesar disso, ele afirmou que ouviu de Maia e do líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), que haverá abertura para negociar mudanças.

— Vamos supor que o governo insista em aprovar a proposta que está aí. Temos hoje uma rejeição unânime dos trabalhadores do Brasil a essa proposta, portanto você tem um combustível perfeito para fazer uma greve geral — disse o deputado, que afirmou, no entanto, que teve sinalização de que o projeto poderá sofrer alterações:

— São propostas complicadas que precisamos corrigir aqui, por isso precisamos de tempo. A Câmara tem que ter paciência, e tivemos essa garantia tanto do presidente da Câmara como do líder do governo. O que nos tranquiliza é a possibilidade da negociação.

Paulinho cita como principais pontos que devem ser modificados e para os quais as centrais vão apresentar contra-propostas itens como a idade mínima de 65 anos para o trabalhador se aposentar ("proposta inaceitável") e a mudança na forma de calcular o benefício, que terá como base 51% das melhores contribuições, mais 1 ponto percentual por ano adicional de contribuição.

Ou seja, quem começou a trabalhar aos 16 anos, terá que contribuir por 49 anos para aposentar aos 65 anos de idade e assim, receber o benefício integral. O cálculo de aposentadoria para trabalhadores rurais também foi alvo de críticas da categoria.

Para o deputado, a proposta é tão ruim que sequer contempla pedido de Michel Temer de que as mulheres se aposentem mais cedo que os homens por, segundo Temer, as mulheres também fazem "o trabalho interno" nas suas casas.

— A proposta é tão ruim que não aceitaram nem o pedido do presidente da República, que disse que tinha que ter diferença para a mulher se aposentar. Isso parece uma coisa dos burocratas do governo que não ouviram as propostas das centrais — ironizou.

O presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Antônio Neto, também disse que a PEC do governo tem defeitos. Segundo ele, o governo "colocou um bode na sala" para aprovar a reforma da Previdência:

— É inaceitável da maneira que está, não contempla a mulher, a questão rural, prejudica demais a aposentadoria dos trabalhadores. O governo parece que colocou um bode na sala para que a gente possa aceitar uma reforma da Previdência — afirmou.

Meirelles diz a sindicalistas que proposta para Previdência 'é para o debate'

06/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, voltou a defender a reforma da Previdência como caminho para reequilibrar as contas públicas – fundamental para a retomada da economia – e afirmou que o governo está aberto a debater a proposta de mudanças na aposentadoria no Congresso.

“Essa é uma proposta para início de debate e vamos debater (...) Quanto mais amplo o debate, melhor. Por isso, estou aqui”, comentou o ministro durante encontro com sindicalistas no qual apresentou a matéria. Segundo ele, a equipe econômica apresentou uma proposta técnica, mas que não constitui uma imposição.

Meirelles destacou que a proposta de reforma previdenciária representa o início de uma conversa “calma, tranquila e importante” com a sociedade. Também assinalou que o governo tem feito sua parte para conter a evolução das despesas públicas – citando a proposta de emenda constitucional (PEC), a ser votada no Senado, que limita os gastos públicos. Contudo, repetiu que a PEC não vai funcionar por muito tempo sem a reforma da Previdência.

UGT

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, defendeu nesta terça-feira, 6, maior diálogo em torno da reforma da Previdência e criticou a idade mínima de aposentadoria de 65 anos estabelecida na proposta encaminhada pelo governo ao Congresso.

Em encontro com Meirelles, Patah, ao citar suas críticas ao projeto, cobrou ainda, em “primeiro lugar”, uma Previdência única e sem privilégios. Nesse momento, foi aplaudido pelos sindicalistas presentes na reunião, realizada na sede da entidade no centro da capital paulista.

“A unificação dos regimes previdenciários é a única questão que valorizamos e aceitamos”, afirmou o presidente da UGT, que representa, principalmente, trabalhadores dos setores de comércio e serviços.

Patah lembrou que o encontro marca a primeira reunião da equipe econômica do governo Temer com os trabalhadores.

Segundo ele, embora a Previdência precise de ajustes – de forma que não falem recursos para pagar aposentados -, a reforma não pode se dar de forma açodada. O sindicalista pediu diálogo com a sociedade, em especial com o movimento sindical. Também frisou que a idade mínima de 65 anos prejudica populações de alguns Estados do Nordeste cuja expectativa de vida é de 67 ou 68 anos.

Diferentemente da proposta de emenda constitucional que estabelece um teto aos gastos públicos, Patah considerou que a reforma da Previdência toca numa questão mais sensível, por envolver o sonho de milhões de brasileiros.

Reforma da Previdência tem 'gordura' para negociação no Congresso

06/12/2016 – Tribuna PR

O governo Michel Temer deixou na Reforma da Previdência uma "gordura" para negociar no Congresso, mas o cerne da proposta está concentrado na fixação da idade mínima de 65 anos para aposentadoria, a elevação para 25 anos do tempo de contribuição e as mudanças nas regras de pensão por morte.

Essas mudanças sofrem, no entanto, forte resistência dos movimentos sociais, que ameaçam com grandes protestos contra a reforma. Para agilizar a votação, a Câmara já se movimenta para a apresentação do parecer da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quinta-feira, 8.

O secretário de Previdência, Marcelo Caetano, evitou antecipar quais pontos da reforma são inegociáveis, mas alertou que se o texto for muito alterado será necessária uma nova reforma em curto período de tempo. Ele advertiu que a "não reforma" não é uma opção. "A não reforma já ocorreu e aparece hoje em vários Estados, de não conseguir pagar (benefícios previdenciários)."

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantiu em reunião ontem com representantes das centrais sindicais que a proposta será discutida com calma, cumprindo o prazo regimental no limite do possível por se tratar de matéria polêmica e que exige debate aprofundado.

"Meu compromisso com as centrais é que a Câmara terá todo zelo no trâmite da matéria", afirmou. Ele se comprometeu a fazer uma comissão geral, espécie de audiência pública na Casa, para ampliar as discussões e construir o consenso para que haja aprovação com larga margem de votos no próximo ano, como foi na PEC do Teto.

Ele prevê a votação da proposta de reforma na próxima semana na CCJ e depois a instalação da comissão especial, que terá prazo de 11 a 40 sessões para concluir a apreciação da PEC. "Vamos debater com calma."

O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) afirmou que a PEC, do jeito como foi enviada ao Congresso, não será aprovada na Câmara. "Na negociação vamos apresentar alternativas." Ele criticou os nomes apontados para a presidência da Comissão, Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), e para relator, Arthur Maia (PPS-BA). "O relator tem que estar disposto para o diálogo. Eu não tenho paixão por nenhum dos dois", ironizou.

Pressa

Para a professora Sonia Fleury, coordenadora do Programa de Estudos sobre a Esfera Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV), a reforma está sendo feita de forma "açodada" e "sem discussão com a sociedade". "Um dos problemas das propostas de reforma da Previdência é que elas são sempre feitas para resolver crises financeiras e nunca pensadas com foco no padrão de benefício que a sociedade brasileira quer", disse.

Ela criticou mudanças como a equiparação da idade mínima entre homens e mulheres para aposentar e as novas regras do Benefício de Prestação Continuada, que seriam injustas com os mais pobres. Pela proposta, a idade mínima para requerer o benefício será 70 anos.

O requisito de o beneficiário ser idoso ou pessoa com deficiência de família com renda inferior a um quarto do salário mínimo será mantido, com ajustes feitos por projeto de lei.

O valor do benefício passará a ser definido em lei, podendo ficar abaixo de um salário mínimo. "A pessoa que consegue chegar aos 70 anos com um quarto de salário mínimo deveria ganhar o Prêmio Nobel, porque não se sabe como a pessoa se vira para sobreviver até essa idade numa condição de miséria tão grande", afirmou Sonia.

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a reforma é positiva, mas as crises econômica e dos Estados, são fatores muito negativos, que à luz de hoje indicam que essa mudança estrutural pode não ser aprovada pelo Congresso em 2017. "É bem difícil. O quadro político no País vai minando as chances de tal mudança estrutural ser aceita por deputados e senadores no próximo ano", ressaltou.

Privilégios

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, defendeu maior diálogo e criticou a idade mínima de aposentadoria de 65 anos estabelecida na proposta. Em encontro com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, Patah falou em uma Previdência única e sem privilégios.

Nesse momento, foi aplaudido pelos sindicalistas presentes, na reunião realizada na sede da entidade no centro da capital paulista. "A unificação (dos regimes previdenciários) é a única questão que valorizamos e aceitamos", afirmou o presidente da UGT, que representa, principalmente, trabalhadores dos setores de comércio e serviços.

Meirelles: País precisa enfrentar ajustes para garantir direitos dos cidadãos

06/12/2016 – Tribuna PR

Durante encontro com sindicalistas em São Paulo no qual apresentou a proposta de reforma da Previdência, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira, 6, que a recuperação da economia e dos empregos depende do saneamento das finanças do governo federal.

Ao defender mudanças na aposentadoria, Meirelles citou que a Previdência respondeu por 6 dos 9 pontos percentuais de crescimento das despesas federais como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1991. A conclusão, frisou, é que o País precisa enfrentar ajustes para que direitos dos cidadãos sejam garantidos.

Meirelles destacou que, na medida do possível, a equipe econômica buscou elaborar uma reforma justa em meio à "maior crise da história do País", reafirmando que os direitos adquiridos serão respeitados.

O ministro responsabilizou os governos anteriores pela crise, construída, "particularmente", nos últimos seis anos e destacou que a saída da recessão passa pelo reequilíbrio das contas públicas. "Temos que controlar essa evolução (do déficit fiscal) para Brasil voltar a crescer. Isso não é uma questão de opinião. É fato", disse Meirelles, acrescentando que nada funciona quando as finanças públicas estão desorganizadas.

Meirelles disse que a equipe econômica se baseou na experiência do mundo inteiro ao redigir a proposta de reforma previdenciária encaminhada ao Congresso Nacional. Meirelles, ao lembrar do aumento da expectativa de vida dos brasileiros, comentou que o Brasil vive a realidade demográfica de países que fizeram mudanças em regras previdenciárias.

Apresentando números sobre essa transformação, ele citou que os brasileiros têm hoje a expectativa de viver 13 anos a mais do que esperava três décadas atrás. Com o aumento da sobrevida – ou seja, os anos vividos após os 60 anos –, o tempo que os brasileiros recebem a aposentadoria, que era de 16 anos em 1980, passou para 22

anos, atualmente, quando a idade média do início da aposentadoria por tempo de contribuição é 54 anos.

Essa mudança provocou um rombo nas contas públicas, agravado pela perda de arrecadação, de forma que as despesas no regime geral do sistema previdenciário, já na casa de 8% do PIB, podem alcançar a proporção de 18% até 2060, projetou o ministro da Fazenda, em encontro na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Meirelles reafirmou que países ricos já promoveram reformas radicais da Previdência, mas a proposta, no Brasil, visa a preservar os direitos adquiridos.

Segundo o titular da pasta da Fazenda, o déficit no regime geral da Previdência já saltou de R\$ 85,8 bilhões para R\$ 149 bilhões de 2015 para 2016 e pode continuar avançando, se nada for feito, até alcançar R\$ 181 bilhões.

“É mais do que o déficit total da União, que já é altíssimo”, afirmou o ministro, comparando o número com o déficit de R\$ 170,5 bilhões estabelecido como meta nas contas primárias do governo federal deste ano.

Reforma da Previdência tem gatilho que pode elevar idade mínima a 67 anos

06/12/2016 – Gazeta do Povo

Pela proposta de reforma enviada ao Congresso, a idade mínima para se aposentar deve subir conforme o crescimento do tempo de sobrevida da população



A idade mínima de 65 anos para ter acesso ao benefício da aposentadoria deverá subir automaticamente de acordo com o aumento da sobrevida dos brasileiros, que é a quantidade de anos de vida após a aposentadoria.

A proposta de reforma da Previdência enviada ao Congresso nesta terça-feira (6) prevê uma espécie de gatilho de ajuste que aumenta a idade mínima para se aposentar conforme o crescimento da sobrevida dos brasileiros. Ou seja, quanto maior for o tempo de vida dos brasileiros após a aposentadoria, mais eles terão de trabalhar até ter direito a receber o benefício.

De acordo com as projeções da equipe técnica do governo que elaborou o texto da reforma, a sobrevida do brasileiro deve aumentar mais dois anos até 2060. Até lá, portanto, a idade mínima para acessar o benefício deve sofrer dois ajustes, passando de 65 para 67 anos.

Atualmente, de acordo com os números do IBGE, a expectativa de “sobrevida” para quem tem 65 anos é de, aproximadamente, mais 18 anos. Pelo mecanismo do gatilho, quando o tempo de sobrevida do brasileiro subir para 19 anos, a idade mínima para se aposentar aumenta automaticamente para 66 anos.

Segundo o secretário da Previdência, Marcelo Caetano, esse mecanismo de ajuste evita a necessidade de discutir novos projetos de reforma previdenciária nos próximos anos em razão da evolução demográfica da população, prolongando, assim, o efeito da reforma que o Governo encaminhou ao Congresso.

Alta da gasolina pode ter impacto de 0,12 ponto porcentual no IPCA

06/12/2016 – Tribuna PR

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) estima que o reajuste do preço da gasolina nas refinarias da Petrobras, se repassado integralmente ao consumidor, vai ter impacto de até 0,12 ponto porcentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Já o efeito da alta do óleo diesel “será residual” porque afeta mais o grande produtor, segundo André Braz, economista da Fundação.

A projeção da Petrobras é de que, com a alta de 8,1%, em média, nas refinarias, válida a partir desta terça-feira (6), o consumidor final pague mais 3,4% ou R\$ 0,12 pelo litro da gasolina. Os efeitos devem aparecer no indicador de inflação de dezembro, podendo se estender um pouco até janeiro. Com isso, a FGV revisou sua projeção de IPCA de 6,6% para 6,7% no fechamento deste ano.

“A gasolina já teve duas quedas (nas refinarias da Petrobras), que foram blindadas, não chegaram ao consumidor, por causa do aumento do etanol (adicionado à gasolina produzida pela estatal). Agora, o preço do etanol está voltando um pouco e as quedas anteriores podem compensar parte da alta de agora”, avaliou Braz, destacando a possibilidade de o consumidor não sentir o reajuste nas refinarias por completo.

Caetano: proposta não altera alíquota da Previdência, mas revê renúncias

06/12/2016 – Tribuna PR

O secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, afirmou nesta terça-feira, 6, que a proposta de reforma da Previdência não vai elevar alíquotas de maneira generalizada, mas vai rever renúncias, o que aumentará a contribuição de alguns grupos. A declaração foi dada durante encontro com sindicalistas na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT). “Não vamos acabar com todas as renúncias, mas demos um passo”, disse.

“Queremos dar um tratamento parecido para todos, setor público, policiais militares, todos. Não no sentido de que todos vão estar no INSS, mas que terão as mesmas regras básicas”, comentou no discurso para os sindicalistas, repetindo o que havia dito pela manhã para a imprensa. “Queremos uma Previdência igual para todos, para que não existam grupos particulares que se aproveitam da Previdência para extrair benefícios”, acrescentou.

Ele ressaltou que a reforma da Previdência é um compromisso de Estado, não de governo, até porque a atual administração vai se beneficiar muito pouco das mudanças, que só começam a ter impacto positivo nas contas públicas no médio a longo prazo. Caetano deixou claro que não existe a opção de não fazer a reforma. “A situação de alguns Estados, que não conseguem nem pagar a folha de salário, mostra isso”.

Ele explicou que o déficit da Previdência deve quase dobrar em um período de dois anos, em meio também a mudanças demográficas no Brasil, como a queda no número de filhos e o envelhecimento da população.

“Hoje a proporção de idosos para cada 100 pessoas em idade ativa é de 11, mas vai saltar para 44 em 2060”, apontou. Segundo ele, o objetivo da reforma é poder manter o pagamento de aposentadorias e pensões sem necessidade de ficar aumentando cada vez mais os impostos.

Receita Federal simplifica exportações de micro e pequenas empresas

06/12/2016 – Tribuna PR

A Receita Federal simplificou as exportações para micro e pequenas empresas. Instrução Normativa publicada nesta terça-feira, 6, permite às empresas optantes do Simples Nacional escolherem um operador para cuidar de todo o processo de exportação, como empresas de transporte expresso habilitadas pela Receita Federal. Hoje, a facilidade já é permitida para exportações remetidas pelos Correios, que continuam sendo um dos operadores autorizados pelo fisco.

Sem o operador autorizado, as empresas têm que cuidar de toda a burocracia para exportar, como cadastros e solicitações de licenças. “O que queremos é que a empresa mantenha o foco em seu ramo de atuação e não na burocracia. É uma grande desburocratização”, afirmou o coordenador-geral de Administração Aduaneira, Ronaldo Feltrin. Ele disse ainda que as exportações via operador autorizado terão ainda prioridade na inspeção aduaneira e desembaraço mais ágil.

De acordo com Feltrin, o objetivo do governo é ampliar as exportações das micro e pequenas empresas, que hoje correspondem a 0,8% do total, para cerca de 5%.

Consignado com garantia do FGTS terá juro de 3,5% ao mês

06/12/2016 – Tribuna PR

O conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) regulamentou nesta terça-feira, 6, a linha de empréstimos consignados com garantia do fundo. O órgão – composto por representantes do governo, dos trabalhadores e dos patrões – decidiu que a taxa máxima de juros cobrada pelos bancos nesta linha será de 3,5% ao mês e o prazo máximo para o pagamento do empréstimo será de 48 meses. Os juros ficaram maiores do que os cobrados nas operações para os aposentados do INSS, de 2,34% ao mês.

A nova linha, com condições mais favoráveis aos trabalhadores, tendo em vista que a garantia diminui o risco de os bancos tomarem calote, deveria estar em vigor desde 30 de março, quando o governo da ex-presidente afastada Dilma Rousseff mandou a Medida Provisória (MP) ao Congresso.

No entanto, a linha só vai estar disponível aos trabalhadores em 2017. Isso porque a deliberação do conselho ainda precisa ser publicada no Diário Oficial da União. Depois disso, a Caixa terá mais três meses para regulamentar o funcionamento do crédito.

O trabalhador vai poder usar 10% do saldo do FGTS e a totalidade da multa rescisória (de 40% sobre o total depositado pelo empregador) como garantia para um empréstimo consignado.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que abriu a reunião, disse que essa nova linha de financiamento vai movimentar a economia brasileira. “É uma garantia para os bancos e uma alternativa para o trabalhador que precisa de recursos”, afirmou.

Ao propor a medida, o governo Dilma estimou que se apenas 10% do total do FGTS mais as multas por demissão sem justa causa fossem usados, seriam injetados R\$ 17 bilhões na economia.

Os bancos cobram juros menores – em comparação com outras linhas – nos empréstimos consignados porque os descontos são feitos diretamente na folha de pagamento. No caso dos trabalhadores da iniciativa privada, porém, havia resistência por parte das instituições financeiras por conta do risco de os empregados serem demitidos.

As instituições financeiras eram mais restritivas aos trabalhadores da iniciativa privada por conta desse risco. A maior parte do consignado é destinada a funcionários públicos e aposentados e pensionistas do INSS, que respondem por mais de 90% do que foi desembolsado.

Mesmo sendo usados como "caução" nos empréstimos consignados, os recursos do FGTS não ficarão bloqueados na conta do trabalhador. Ele poderá usar, por exemplo, para moradia ou doença, seguindo as regras do fundo. Os 10% do total mais a multa só serão destinados ao pagamento do consignado caso haja necessidade desse montante para quitar o resto do empréstimo no momento da demissão.

Taxa de juros do cheque especial tem leve alta e chega a 13,6% ao mês

06/12/2016 – Bem Paraná

Seis instituições financeiras pesquisadas pelo Procon-SP, no último dia 2, mantiveram a taxa do empréstimo pessoal e somente uma elevou a do cheque especial. A taxa média do cheque especial ficou em 13,6% ao mês (a.m.), superior ao mês anterior que chegou a 13,56% a.m., representando um aumento de 0,04 ponto percentual. Para empréstimo pessoal, a taxa média dos bancos pesquisados chegou a 6,51% a.m., igual à do mês anterior.

De acordo com o Procon-SP, a taxa de empréstimo pessoal do Banco do Brasil ficou em 5,85%, a do Bradesco em 6,67%, a da Caixa Econômica em 5,7%, a do Itaú em 6,43%, a do Safra, 5,9% e a do Santander 8,49%. No caso do cheque especial as taxas são de 13,04% no Banco do Brasil, 13,55% no Bradesco, 13,55% na Caixa Econômica Federal, 13,35% no Itaú, 12,6% no Safra, 15,49% no Santander.

Segundo o Procon-SP, se a contratação de crédito for inevitável, o consumidor deve analisar as alternativas e priorizar a liquidação de suas dívidas, especialmente nesta época do ano em que as instituições credoras costumam abrir possibilidades de negociação.

"E, ainda, que aproveite a chegada do décimo terceiro para organizar o seu orçamento, quitando as dívidas e, se possível, reservando uma parte para as despesas de início do ano, como IPTU [Imposto Predial Territorial Urbano], IPVA [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores], matrícula escolar, etc.", diz o Procon-SP.

Venda de veículos novos sobe 12% de outubro para novembro, diz Anfavea

06/12/2016 – Bem Paraná

As vendas de veículos novos subiram 12% em comparação a outubro, informou há pouco a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). De acordo com o balanço da produção e vendas das montadoras, no comparativo com novembro de 2015, no entanto, houve queda de 8,7%.

Em novembro do ano passado, foram vendidas 195,2 mil unidades, enquanto no mesmo período deste ano o total ficou em 178,2 mil. As informações são da Agência Brasil. No acumulado de janeiro a novembro, 1,846 milhão de unidades de veículos novos foram vendidas, uma retração de 21,2% em relação a igual período de 2015.

O número chega próximo ao que foi vendido em 2006, quando foram comercializados 1,723 milhão de carros. Em dez anos, o pico de vendas ocorreu em 2012 (3,443 milhões de unidades).

PRODUÇÃO A produção em novembro registrou crescimento de 22,4% em relação a outubro. "Este foi o melhor mês de produção desde agosto de 2015", destacou o presidente da Anfavea, Antonio Megale. "No acumulado chegamos ao nível de 2004,

mas vem mostrando crescimento importante no último mês, em dezembro devemos ter produção também acima das 200 mil unidades”, afirmou.

Construção civil fecha o ano em queda no Paraná

06/12/2016 – Gazeta do Povo

Apesar do resultado, empresas do setor seguem otimistas e pretendem aumentar em 5% o número de contratações para 2017



O ano de 2016 foi de retração para a construção civil do Paraná. É o que aponta o balanço anual do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscom-PR), que analisou o desempenho do segmento. Segundo os dados apresentados pela entidade nesta terça-feira (6), houve redução no total de área construída, no número de empregos e no estoque de imóveis.

Apesar da queda dos indicadores, o levantamento mostrou que o Paraná apresenta certa vantagem com relação aos índices gerais brasileiros em alguns quesitos. Enquanto a quantidade de empregados no setor caiu 12% em nível nacional, por exemplo, a construção paranaense perdeu 6%.

Para o presidente do sindicato, José Eugenio Gizzi, essa diferença se deve, em parte, aos ganhos do agronegócio local, que ajudam a impulsionar a economia do estado. Ainda assim, a construção civil permanece em queda no Paraná, acompanhando as variações do segmento no Brasil, que recuou 5% no último ano.

Em Curitiba, o total de área construída caiu 26% e o número de unidades concluídas sofreu um decréscimo de 24%. Também houve redução de 28% na quantidade de unidades verticais lançadas, o que impactou fortemente o estoque de imóveis na cidade, que recuou de 10,4 mil para 8,1 mil.

De acordo com o consultor de mercado do Sinduscon, Marcos Kahtalian, este número abarca também as unidades que estão em fase de construção. Marcos acrescenta que os imóveis terminados somam por volta de 3,5 mil unidades e que a média de absorção anual do setor é de aproximadamente 4,5 mil imóveis novos.

Desta forma, a oferta atual chega a estar menor do que a demanda comum. “Já temos bairros inteiros com nenhuma oferta de imóveis novos. O lado bom é que esse cenário tende a ajudar a equilibrar os preços”, diz.

Agravantes

Segundo o consultor, os declives têm sido fomentados por três principais fatores: a queda no emprego e na renda da população e a retração da oferta de crédito. Conforme o levantamento do sindicato, que utilizou dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e da Caixa Econômica Federal, os valores dos financiamentos imobiliários caíram 26% de 2015 para 2016.

Além disso, de acordo José Eugenio, o cenário é de muita insegurança entre os investidores da construção civil, que, frente à instabilidade econômica e política do país, têm agido com mais reserva na hora de lançar novos empreendimentos. Para

ele, o clima deve começar a mudar assim que o governo mostrar os primeiros avanços das medidas previstas para conter a crise atual.

O presidente reforça que o setor também espera que Estado invista mais em infraestrutura e promova uma reforma tributária que reduza o custo do emprego, sem que para isso precise reduzir os salários.

Projeção

Mesmo diante de tantas más notícias, o setor segue otimista rumo a 2017. Segundo a pesquisa de perspectivas do Sinduscon, realizada anualmente com 300 empresas do ramo da construção civil em todo o estado, 50% das companhias acreditam que vão aumentar seu nível de atividade. Apenas 10% planejam reduzi-lo e 40% delas pretendem mantê-lo.

O mesmo clima positivo permeia a área de contratações: 85% das empresas pensam em aumentar ou manter o número de funcionários para 2017. Pequenas empresas são as que mais devem recrutar – para 40% delas, selecionar mais pessoal é uma das prioridades para o ano que vem.

A perspectiva é menos otimista do que a do ano passado. Enquanto, desta vez, as companhias pretendem aumentar 5% das vagas, em 2015, esta projeção era de 11%.

Artigo: 'Tempestade perfeita' que estamos vivendo não é obra de improviso

06/12/2016 – Folha de S. Paulo

A consolidação de um ambiente favorável à recuperação do crescimento do Brasil, que tornaria menos custosa a inevitável busca do equilíbrio fiscal, tem sido fortemente prejudicada por alguns eventos.

Primeiro, pela insensatez da violência que tem predominado em algumas das legítimas (e respeitáveis) manifestações públicas dos cidadãos. Vândalos não entendem que elas só são possíveis exatamente porque eles são livres!

Segundo, pela histeria irracional que nasce, voluptuosa, do movimento "nós ou eles", que nega a aceitação das regras do jogo e, portanto, não tem como terminar bem.

Terceiro, pelo irrefletido movimento de pequenas, sórdidas e anônimas intrigas que sempre infestam os palácios e que, agora, propagam dúvidas do presidente sobre a política econômica comandada pelo seu ministro da Fazenda. O velho e sábio Bismarck já dizia, no século 19, que não há nada pior para a reputação de um ministro do que levar seu chefe a ter que reafirmar "que ele é de sua absoluta confiança"...

O Brasil precisa introjetar e conformar-se com o fato de que foi levado à falência por uma política econômica voluntarista executada a partir de 2012. A "tempestade perfeita" que estamos vivendo não é obra de improviso. Foi cuidadosamente gestada e magnificamente terminada no dramático esforço para a reeleição de 2014. O retrato mais cruel desse terremoto é a situação da indústria nacional.

O seu PIB físico patina há sete anos (desde o 3º trimestre de 2009), com surtos espasmódicos de voo curto. Nos últimos doze meses, desde outubro de 2016, a produção industrial caiu 8,4%, puxada pela redução da produção dos bens de consumo duráveis (19,2%) e, o que é mais preocupante, pela queda (17,4%) da produção de bens de capital!

A indústria opera hoje com uma capacidade ociosa imensa. Em setores críticos como o do aço, por exemplo, em torno de 40%, sem que a sociedade sinta angústia e disposição efetiva do governo de enfrentá-la. Talvez porque ainda acredite na lenda urbana da baixa produtividade da indústria no chão da fábrica, contada por alguns

"econocientistas". Da porteira da fábrica para o mundo, o "Doing Business" de 2017, do Banco Mundial, conta a verdadeira história! E ela fala, principalmente, contra os governos passados!

Desde o início do governo Temer, devido à recessão e à firmeza do Banco Central, a expectativa de inflação tem cedido. O problema é que o desconforto com o equilíbrio fiscal impôs um excesso de cuidado com a política monetária. Isso elevou a taxa real de juros e valorizou o dólar, desestimulando ainda mais o investimento e as exportações industriais, vetores disponíveis (além das concessões) para estimular a retomada do crescimento.

(Antônio Defim Netto- ex-ministro da fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Artigo: Indústria de máquinas agrícolas acelera contratações

06/12/2016 – Folha de S.Paulo



Enquanto o país vê a taxa média de emprego ser achatada pelo rolo compressor da baixa atividade econômica, a indústria de máquinas agrícolas pisa no acelerador e aumenta as contratações.

No mês passado, a indústria tinha em seus quadros 17,04 mil trabalhadores, 8,3% mais que em igual período do ano passado, conforme dados divulgados nesta terça-feira (6) pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). Esse aumento de emprego ocorre devido à aceleração da produção e das vendas de máquinas neste segundo semestre.

Após uma queda de 31% nas vendas de janeiro a junho, em relação a igual período de 2015, a comercialização de máquinas de julho a novembro supera em 20% a de igual período do ano passado.

O grande destaque deste ano fica para as vendas de colheitadeiras, que somam 3.740 unidades, 6,8% mais do que em igual período de 2015.

O setor agrícola se prepara para uma safra recorde, estimada em até 215 milhões de toneladas, conforme previsões da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

A venda de tratores ficou em 38,8 mil unidades neste ano, 9,3% menos do que em 2015. A queda ocorre principalmente nas máquinas de menor potência. A comercialização de tratores de até 80 cv caiu 18% no ano, enquanto a de 81 cv a 130 cv recuou 7,8%.

Já os tratores com potência superior a 130 cv tiveram um crescimento de 18% no ano. Os dados mostram que, enquanto os pequenos produtores chegaram ao limite de crédito e do poder de compra, a chamada agricultura empresarial ainda tem fôlego para adquirir máquinas.

Mesmo com o crescimento das vendas neste segundo semestre, a atividade do setor ficará, neste ano, bem distante da de 2013, quando as vendas atingiram 83 mil unidades.

(Mauro Zafalon é jornalista e escreve sobre commodities e pecuária).

Crise pode acelerar queda da taxa de juros, diz Banco Central

06/12/2016 – Folha de S. Paulo

O Palácio do Planalto comemorou a ata do Copom (comitê do Banco Central que define a política monetária) que indica uma aceleração no corte da taxa de juros.

Segundo assessores presidenciais, o documento do Banco Central sobre a mais recente reunião do Copom, quando os juros caíram 0,25 ponto percentual, é uma "notícia positiva" de que a partir de agora "há mais espaço para cortar mais" a taxa Selic, referência para o mercado.

A expectativa tanto do governo como do mercado é que os juros, hoje em 13,75% ao ano, possam sofrer uma redução de 0,50 ponto percentual na próxima reunião do órgão do BC, em janeiro.

Na ata divulgada nesta terça-feira (6) sobre a reunião do Copom realizada na semana passada, o Banco Central diz que "é razoável esperar uma intensificação do processo de flexibilização monetária caso a atividade econômica não dê sinais mais claros de retomada, posto que nesse caso as projeções de inflação devem se reduzir".

Dentro do governo, a avaliação é que a política do BC, que vinha sendo criticada nos últimos dias por causa da demora na recuperação econômica, teve a vantagem de "abrir mais espaço" para reduzir os juros no próximo ano.

Assessores presidenciais disseram à **Folha**, aliás, que, se não surgirem imprevistos pela frente, será possível "chegar próximo das previsões do mercado" para o final de 2017, que apontam uma taxa de juros em 10,5%.

Em relação às dúvidas sobre a votação do teto dos gastos públicos na próxima semana devido à decisão de ministro do STF de afastar Renan Calheiros do comando do Senado, a equipe de Temer considera que essa seria uma mensagem ruim e causaria turbulências no mercado.

Aliados do presidente ressaltam, no entanto, que um adiantamento não mudaria o "plano de voo" do BC desde que a aprovação seja garantida até no início de 2017.

SENSIBILIDADE

A ata do Copom foi comemorada dentro do governo principalmente por que mostrou que o BC não está "insensível" à crise econômica.

Nos últimos dias, uma ala do governo estava dirigindo críticas ao Banco Central porque teria demorado a reduzir a taxa de juros, o que mostraria um BC sem preocupação com a piora da recessão.

Agora, com o banco sinalizando um corte mais forte em 2017, a equipe de Temer diz que o recado da instituição estava em linha com que o presidente trabalhava –de que o BC começaria a fazer cortes maiores nos juros.

O presidente tem mandado recado a aliados de que, mesmo não gostando da política do BC, confia na equipe e que é preciso deixá-la trabalhar com total autonomia. A avaliação interna do governo é que críticas sobre o momento de redução de juros e até a intensidade são até pertinentes, mas acabam prejudicando a condução da política monetária e podem até reduzir o espaço criado pelo BC para cortar a taxa Selic.

Por outro lado, pressões para dar "um porrete" nos juros são vistas como indesejáveis, porque essa receita já deu errado no governo Dilma e fez a inflação ficar elevada, além de prejudicar o PIB.

Poupança tem em novembro 1º saldo positivo no ano, diz Banco Central

06/12/2016 – Folha de S.Paulo

A caderneta de poupança registrou entrada líquida de R\$ 1,881 bilhão em novembro, primeiro saldo positivo neste ano, divulgou o Banco Central nesta terça-feira (6).

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), a captação líquida foi de R\$ 2,600 bilhões, enquanto na poupança rural os saques superaram os depósitos em R\$ 719,15 milhões.

Com isso, o resultado total de novembro foi positivo pela primeira desde dezembro de 2015, quando houve entrada líquida de R\$ 4,79 bilhões.

Nos 11 primeiros meses do ano, a poupança perdeu R\$ 51,37 bilhões, sendo R\$ 40,224 bilhões no SBPE e R\$ 11,147 bilhões na poupança rural. Com isso, fica pouco abaixo da saída de R\$ 53,568 bilhões de todo o ano de 2015.

Petroleiras e montadoras divergem em debate custoso sobre veículos elétricos

06/12/2016 – DCI

Muitos fabricantes de automóveis estão prevendo uma mudança significativa em direção a veículos elétricos na próxima década. Avanços na tecnologia das baterias e o crescimento da direção autônoma e compartilhamento de viagens - adequados para veículos elétricos - vão alimentar essa expansão, argumentam eles.

Mas alguns executivos do petróleo adotam uma visão diferente, prevendo que a eletricidade vai desempenhar apenas uma pequena parte no transporte até pelo menos 2040. Se eles estão do lado errado do argumento, poderia ter um custo para uma indústria onde novos projetos geralmente custam bilhões de dólares para construir e precisam de décadas de preços do petróleo ao menos moderados para ser recompensador.

Mais de metade de todo o petróleo bruto bombeado é utilizado para o transporte. Uma perspectiva excessivamente pessimista para os carros elétricos pode levar as companhias de petróleo a adotar uma perspectiva excessivamente otimista para o crescimento do consumo e dos preços do petróleo, dizem analistas.

O presidente da italiana Eni, Claudio Descalzi, está entre aqueles que acreditam que a ameaça dos carros elétricos à indústria do petróleo não é tão significativa.

"Os carros elétricos podem crescer, mas eu não acho que isso seja um problema para nós", disse Descalzi à Reuters paralelamente a uma conferência em Londres no último mês.

A ExxonMobil, a maior produtora ocidental de petróleo em valor de mercado, e sua rival britânica BP publicaram projeções do mercado de petróleo para 2035 e 2040, respectivamente, que guiam suas decisões de investimento.

Ambos projetam que em 2035 menos de 10 por cento dos carros novos serão veículos elétricos ou híbridos "plug-in" - carros com um motor reserva de combustão para quando a bateria se esgotar.

Fabricantes de carros não divulgam perspectivas de longo prazo comparáveis para a produção de veículos, mas suas previsões de curto prazo para fabricação de carros contemplam um crescimento muito mais rápido dos veículos elétricos.

O presidente da Daimler AG, fabricante da Mercedes Benz, Dieter Zetsche, disse em setembro que sua meta era ter a venda de veículos elétricos representando entre 15 e 25 por cento de suas vendas globais até 2025.

A BMW AG disse que poderia fazer o mesmo. O presidente da Ford, Mark Fields, disse em abril que até 2020, 40 por cento dos modelos seriam elétricos.

Abimaq acha difícil 2017 ser pior que 2016 e aposta em demanda reprimida

06/12/2016 – DCI



O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Velloso, aposta numa demanda reprimida por novas tecnologias capaz de impulsionar a produtividade no Brasil, o que seria positivo para o setor que representa. A projeção de uma crise política em 2017, porém, desanima os fornecedores, que, sem perspectiva, não se motivam a buscar financiamento para crescer.

"A demanda está reprimida. Que dia ela vai acordar? Não sei. Olhando pelo lado político, 2017 será um ano de crise. O investimento quer acontecer, mas há a trava política. Ainda assim, acho difícil que o ano que vem seja pior do que este", afirmou Velloso, após participar de evento no Rio, em que demonstrou a associados a apresentação feita ao presidente da República, Michel Temer, com números do setor e reivindicações.

Pelas contas da Abimaq, neste ano, o setor terá faturamento líquido constante (ajustada a inflação) de cerca de R\$ 70 bilhões. Até outubro, faturou R\$ 68 bilhões e, em 2015, R\$ 87 bilhões. O desempenho da indústria de máquinas e equipamentos está em decadência desde 2013, quando o faturamento líquido fechou em R\$ 115 bilhões.

A pauta de reivindicação apresentada a Temer não é nova: refinanciamento dos débitos fiscais, fortalecimento do papel de fomentador do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e câmbio competitivo são os principais pedidos. "O Banco Central está destruindo o setor produtivo", complementou Velloso, reclamando do alto patamar da taxa básica de juros.

Há ainda uma pauta específica sendo tratada com o Ministério de Minas e Energia (MME), relativa ao setor de petróleo e gás natural. Na visão da Abimaq, as grandes petroleiras, entre elas a Petrobras, estão em lado oposto ao da indústria nacional fornecedora de máquinas e equipamentos, por buscarem a flexibilização da política de conteúdo local.

A Abimaq tenta garantir os benefícios dados aos importadores por meio do Repetro, que isenta de impostos a compra no exterior, sobretudo, de bens para a construção de plataformas. O Ministério da Fazenda tem marcado encontros para ouvir todo o setor sobre a possível extensão do regime especial, mas, segundo o presidente da entidade, nenhuma posição oficial foi externada até agora.

Outro debate gira em torno da flexibilização das regras de conteúdo local, uma nova política, batizada de Pedefor, que deve ser analisada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), na próxima quarta-feira, 14.

A Abimaq expôs os seus argumentos a favor da indústria nacional ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, em reunião realizada no dia 30, mas, segundo Velloso, saiu do encontro, mais uma vez, ainda sem uma posição clara por parte do governo federal sobre a solução que será dada para atrair o investimento das petroleiras sem comprometer a geração de emprego localmente.

Indústria automotiva não deve atingir previsão de produção para 2016, diz Anfavea

06/12/2016 - DCI

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, reforçou nesta terça-feira, 6, que dificilmente a indústria conseguirá atingir a previsão de produção para 2016, de 2,296 milhões de unidades, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

A projeção da Anfavea representa queda de 5,5% em relação ao volume atingido no ano passado, mas os resultados acumulados de janeiro a novembro indicam retração de 14,6% em comparação com igual período de 2015, para 1,952 milhão de unidades.

Megale disse que a dificuldade de atingir a previsão se deve principalmente a problemas de fornecimento enfrentados pela Volkswagen, que teve de suspender a produção em agosto e setembro por falta de peças. Sem citá-la nominalmente, ele disse que a montadora "deixou de produzir de 100 mil a 150 mil unidades".

De acordo com ele, é provável que a produção final de 2016 seja a previsão da Anfavea menos o prejuízo da Volkswagen.

O executivo disse ainda que espera que a produção de veículos repita em dezembro o ritmo de novembro, quando 213,3 mil veículos foram produzidos pelas montadoras instaladas no Brasil.

"Novembro e dezembro costumam ser meses mais aquecidos para a indústria", explicou, citando ainda que o esforço da Volkswagen para recuperar o tempo perdido também tem colaborado.

"Mas mesmo sem isso haveria crescimento em novembro", disse. A produção em novembro cresceu 21,8% ante novembro do ano passado.

Os estoques, atualmente, segundo Megale, dão para 35 dias de venda, considerando o ritmo de emplacamentos verificado em novembro. Os pátios das montadoras e das concessionárias somam 206,3 mil unidades encalhadas.

O presidente da Anfavea informou também que a indústria conta com 2,2 mil funcionários em regime de lay-off (suspensão temporária de contratos) e outros 5 mil cadastrados no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal.

Instabilidade política

Megale disse ainda que a instabilidade política tem atrapalhado o avanço das reformas na área econômica, mas mostrou confiança na aprovação da PEC do Teto dos Gastos e na reforma da Previdência, consideradas por ele fundamentais para a retomada do crescimento e do mercado de veículos.

Ele reforçou que o setor espera um crescimento de um dígito para 2017, mas que ainda não há um número fechado. Se a crise política se aprofundar, ele não acredita em nova queda na venda de veículos, mas sim em uma diminuição do ritmo de crescimento.

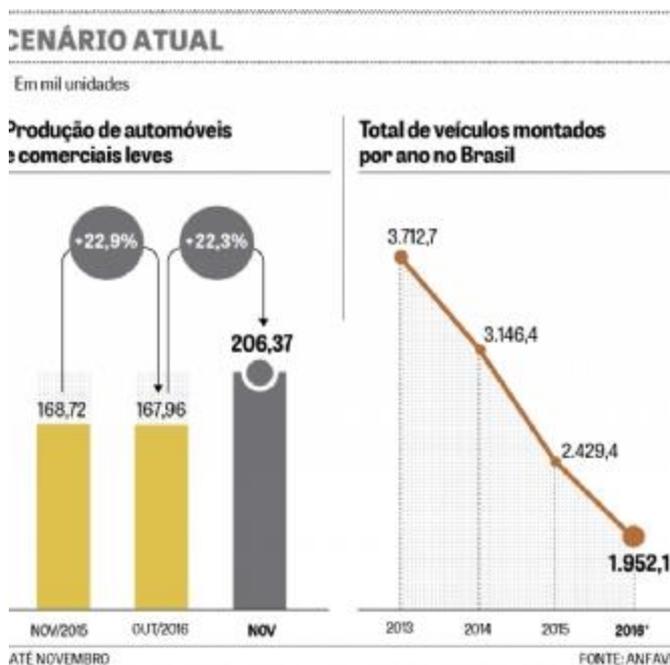
O presidente da Anfavea afirmou ainda que o setor tem visto sinais de que novos investimentos serão anunciados pelas montadoras nos próximos anos. "Nosso setor é muito competitivo e ninguém pode ficar parado", afirmou Megale.

Nas últimas semanas, a Toyota anunciou um investimento de R\$ 600 milhões em fábrica de Porto Feliz (SP) e a Volkswagen informou que planeja investir R\$ 7 bilhões entre 2016 e 2020.

Mercado brasileiro deve levar dez anos para voltar ao patamar recorde

06/12/2016 – DCI

O Brasil historicamente figurou entre os cinco maiores do mundo em vendas de veículos e, apesar dos esforços das montadoras, o País deve demorar um longo período para recuperar sua indústria



O mercado automotivo brasileiro, que historicamente figurou entre os cinco maiores do mundo, deve levar ao menos dez anos para voltar ao patamar recorde de 2012. Segundo analistas, o ano que vem deve ser só o início de uma longa batalha por sobrevivência.

"O triênio de ouro para o setor automotivo, que se encerrou em meados de 2013, não deve voltar em um horizonte mínimo de oito a dez anos, principalmente porque a bolha de crédito estourou", afirma o consultor Fábio Silveira, da MacroSector.

O analista automotivo da Tendências Consultoria, João Morais, aponta o desemprego como outro fator preponderante para impedir o retorno do mercado brasileiro ao patamar recorde de 3,8 milhões registrado em 2012.

"Sem uma melhora substancial do mercado de trabalho, o que traria aumento da renda do brasileiro, será difícil retornar ao nível de vendas recorde da nossa indústria", pondera Morais.

Ele acrescenta que, atualmente, há crédito disponível para a compra de veículos, entretanto, as instituições financeiras continuam cautelosas. "Os bancos estão muito líquidos, mas os fundamentos da economia ainda restringem a concessão de crédito", explica o analista.

Na projeção da Tendências, as vendas totais de veículos novos devem recuar 18,7% em 2016, para 2,089 milhões de unidades, em linha com a previsão da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Já para 2017, a consultoria espera um aumento de 9,9% dos licenciamentos, para 2,296 milhões de unidades.

A MacroSector, entretanto, estima um crescimento das vendas domésticas de apenas 2% para o ano que vem. "O quadro continua muito ruim", pontua Silveira.

O presidente da Anfavea, Antonio Megale, reforçou nesta terça-feira (06) que a retomada do mercado deve ocorrer só a partir do segundo semestre de 2017. "As vendas devem voltar de forma gradual para que, em 2018, possamos novamente trabalhar para estar entre os cinco maiores do mundo", estimou.

Produção

Megale afirma que a projeção de 2,29 milhões de unidades produzidas para este ano não deve se confirmar. "Imaginamos um volume de 100 mil a 150 mil unidades a menos do que projetávamos para 2016", disse o dirigente.

Ele justificou o desalinhamento da previsão à queda de produção de uma "associada" - a Volkswagen - que deixou de produzir mais de um mês devido a problemas com fornecedor. "Se não fosse isso, provavelmente teríamos acertado a nossa projeção", alega.

Para Morais, a situação continuará dramática para as montadoras, que amargam uma ociosidade substancial. "Mesmo com o aumento das exportações, isso não será suficiente para preencher a lacuna deixada pelas vendas em baixa no mercado doméstico."

De acordo com o diretor-executivo da Anfavea, Aurélio Santana, atualmente a capacidade instalada da indústria local gira em torno de 5,3 milhões de unidades.

Considerando a produção estimada pela entidade para 2016, a ociosidade pode atingir 60% no setor.

"O quadro está extremamente dramático do ponto de vista da capacidade instalada", pondera Silveira. A MacroSector estima um crescimento da produção em torno de 9% para 2017; a Tendências, de 10,3% (somente para leves).

O único indicador que continua em trajetória de crescimento é o das exportações. De janeiro a novembro, as vendas totais de veículos ao exterior somaram 457,7 mil unidades, alta de 23,4% sobre igual período do ano passado.

"Temos visto diversos esforços das associadas para aumentar as exportações. Vimos inclusive a chegada de veículos brasileiros pela primeira vez em alguns países, o que só mostra o empenho das montadoras em abrir novos mercados", salientou Megale.

Segundo o dirigente, a meta da entidade é que as exportações passem a representar 30% da produção nacional. Porém, ele afirma que ainda é difícil estimar uma data para quando isso deve acontecer.

"Já estamos no patamar de 25% atualmente, mas tudo vai depender do fortalecimento dos acordos comerciais."

Megale admitiu que, atualmente, o cenário global não favorece novos acordos, principalmente após a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e movimento similar tomando fôlego na Itália.

"Atualmente, posso dizer que as negociações com a União Europeia estão muito mais longe do que gostaríamos." Ele acrescenta, contudo, que há um esforço de países como Brasil e Argentina, inclusive do Mercosul, para negociar com o bloco. "Mas a agenda deles está muito difícil."

O dirigente disse ainda que o setor deve continuar avançando nas negociações para ampliar as exportações. "Temos que abrir o mercado gradualmente. Mas para tanto é preciso achar um ponto de equilíbrio", avalia.

Curto prazo

O presidente da Anfavea comentou que a entidade não revisou as projeções para o setor, ao divulgar o seu balanço ontem, por "não fazer sentido" a essa altura. Reforçou, entretanto, que mantém a previsão de vendas para o ano, de 2,080 milhões de unidades.

Além da produção, os números de exportações também podem ser diferentes do que o projetado no início do ano. "Erramos, mas para menos. Espero que isso ocorra sempre", ironizou Megale.

Enquanto isso, ele afirma que no curto prazo o Brasil precisa de estabilidade. "Aprovar as medidas de ajustes como o teto de gastos é essencial para que a economia possa se recuperar", analisa.

Planejamento, boa gestão e parcerias garantem crescimento de empresas

06/12/2016 – DCI



- Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo. A frase, atribuída tanto a Peter Drucker, considerado o pai da administração moderna, quanto ao economista Paul Pilzer, reflete o desafio de empreendedores em todo o mundo.

Mas manter um negócio saudável em um país com as particularidades brasileiras exige ainda mais planejamento, foco na gestão e na inovação e constante busca por bons parceiros.

Claro que não faltam exemplos de gestão bem-sucedida. Nas últimas semanas, a Desenvolve SP mostrou casos de clientes que resolveram problemas corriqueiros na

vida de empreendedores e exibiu dicas de especialistas para a gestão dos negócios que podem inspirar empresários em situações semelhantes.

Foi a partir da reinvenção da Novo Mel, por exemplo, que se mostrou a importância de um cuidadoso planejamento de negócios, anual e de longo prazo. Graças à estruturação do negócio, com a formação de um conselho de administração e revisão periódica de metas e estratégias, a empresa multiplicou em 20 vezes o faturamento de 2004 e quer crescer 25% em até dez anos.

A Novo Mel reflete bem o que o professor Sérgio Moretti, coordenador do Mestrado de Alimentos e Bebidas da Universidade Anhembi Morumbi, considera essencial para a sobrevivência de uma empresa: a capacidade de perceber mudanças na demanda projetada e prontidão para se adequar ao novo cenário.

Outro exemplo apresentado mostrou que inovação independe do tamanho. A partir da ressonância magnética, a Fit - Fine Instrument Technology desenvolve soluções e aplicações para o agronegócio e para a indústria de alimentos.

Dependendo prioritariamente de talentos, a empresa encontrou na Desenvolve SP uma linha de crédito que viabilizasse a contratação de pessoal. "A linha de apoio à inovação permitiu a formação de uma equipe diferenciada de doutores e mestres", destaca Daniel Consalter, sócio do negócio.

A busca de talentos focados na melhoria do negócio vai ao encontro do que defende Luis Alt, responsável pelo curso de inovação e design thinking da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). "Inovação é algo que gera valor para o público que uma empresa quer atingir."

E se a empresa tem um plano de negócios bem estruturado e um produto inovador, o próximo passo é identificar as melhores fontes de recursos. Voltada para um público sofisticado, a Zest Mercado e Empório, chegou a Desenvolve SP após analisar todas as alternativas para criar sua loja em São José dos Campos.

"Para investir, avaliamos sempre custo do crédito, prazo de retorno, montante a ser investido e liquidez dos sócios", diz a sócia Priscila Fonseca. "Também é preciso avaliar as perspectivas, identificando a capacidade de quitar o compromisso", orienta a professora de economia do Insper Juliana Inhasz.

Também não poderia faltar, na abordagem das melhores práticas, o cuidado com a documentação fiscal e jurídica da empresa. "A qualquer momento podemos ter uma fiscalização, participar de uma licitação ou precisar de um empréstimo", elenca Reginaldo Faria, fundador da metalúrgica Metax, que faz questão de manter tudo em ordem. "É fundamental ter um checklist e criar uma rotina de verificação", ensina Kieran McManus, sócio da PwC Brasil.

Seguidas as regras da boa gestão, pode-se prever que a empresa, aos poucos, pense em temas mais delicados, como a sucessão, no caso de negócios familiares. Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Aidar, este é um assunto que exige planejamento de longo prazo. "Mas quando o empreendedor é centralizador e foi bem-sucedido, ele só pensa na sucessão quando já é muito tarde".

Na Sorocap, especializada na recapagem de pneus, a gestão do negócio e o processo de sucessão ocorrem sem percalços, embora não exista um conselho formal, com atribuições escritas.

"Pode até haver conflito, mas não atrito", resume Alexandre Moreira, sócio e filho do fundador. Ele afirma que cada parente chegou à sociedade "para atuar de acordo com suas aptidões, mas pode trabalhar em outros setores, conforme a demanda".

Atração e retenção afligem empresas

06/12/2016 – Diário do Comércio

Empresas operando em mercados emergentes, entre eles o Brasil, continuam a encontrar dificuldades na atração e retenção de empregados de alto potencial e de alta performance, como mostram os resultados de duas grandes pesquisas realizadas pela Willis Towers Watson, empresa global líder em consultoria, corretagem e soluções.

As pesquisas também revelam que quatro em cada 10 empregados têm planos de deixar suas atuais empresas nos próximos dois anos, aumentando ainda mais as pressões sobre as empresas em relação a sua capacidade de manter seus principais talentos.

A pesquisa Global Talent Management and Rewards Survey, da Willis Towers Watson, um estudo com mais de 2 mil empresas em todo o mundo (sendo 140 no Brasil), reflete, claramente, o momento difícil da economia e do mercado de trabalho.

Somente 24% dos empregadores no Brasil afirmam que as atividades de contratação cresceram nos últimos 12 meses, enquanto mais da metade (51%) relatou redução no número de contratados. Em termos de rotatividade, 37% das empresas relataram aumento nos últimos 12 meses e outros 29% informaram redução nesta taxa.

“Estes dados confirmam a difícil situação vivida pelas organizações no Brasil, que vem buscando gerenciar o seu pipeline de talentos em meio a uma das piores crises econômicas da história do nosso País”, comenta a diretora de Gestão de Talentos para a América Latina, Glaucy Bocci.

“É fato que a rotatividade de profissionais afetou mais alguns setores do que outros, mas de forma geral o movimento das organizações tem sido de redução de pessoas e não de contratação. Para se ter uma ideia, em 2014, 53% dos empregadores afirmavam ter aumentado suas atividades de contratação - isso representa mais do que o dobro em relação a este ano (24%). Já a redução nas contratações em 2014 estava na casa dos 11% e hoje está em 51%, ou seja, há um movimento oposto gerado pela crise: menos contratações e mais desligamentos”, complementa Glaucy Bocci.

De acordo com a pesquisa, é impressionante o número de empresas que vêm experimentando dificuldades na atração de empregados com habilidades críticas (67%), de alto desempenho (84%) e de alto potencial (84%). E os desafios não param na atração: 57% das empresas participantes da pesquisa afirmaram encontrar desafios na retenção de empregados de alto potencial, não deixando muito para trás as dificuldades de reter pessoal de alto desempenho (52%) e com habilidades críticas (42%).

“Nossas pesquisas mostram que os empregados estão buscando trabalhar para organizações que oferecem remuneração competitiva, oportunidades de crescimento na carreira e estabilidade no emprego.

Ainda que as empresas, em geral, entendam essas prioridades, seus pontos de vista divergem dos de seus empregados em algumas áreas importantes e, muitas vezes, os processos desenvolvidos pelas organizações não dão conta de atender às expectativas dos melhores profissionais, sejam eles profissionais de alto desempenho ou de alto potencial”, revela Glaucy Bocci.

Estabilidade - Analisando a pesquisa Global Workforce Study, da Willis Towers Watson, aplicada a 31 mil empregados em todo o mundo (sendo 1.024 no Brasil), observamos que a estabilidade no emprego é o 4º motivo mais citado pelos

empregados para juntarem-se a uma nova empresa e a 7ª razão mais citada pela qual deixariam suas organizações. Os empregadores, no entanto, elegem a estabilidade como 10º e 11º fatores de atração e retenção, respectivamente.

“Estabilidade no emprego tem diferentes significados para aqueles empregados que o citam como uma prioridade quando o assunto é atração ou retenção. Conseguimos identificar cinco padrões, sendo o principal (26%) aqueles que têm um sentimento de medo de perder o emprego, seguido de perto por 24% dos que não tem interesse em mudar suas tarefas e atividades e 22% que têm receio sobre a sua situação financeira”, comenta o líder da área de consultoria em Engajamento de Empregados, Carlos Ortega.

Enquanto o trabalho desafiador se mostra um importante fator de atração tanto do ponto de vista da empresa (4ª posição) quanto do empregador (3ª posição), a capacidade de exercer um impacto real no desempenho da organização é citada como 5º fator de atração de empregados do ponto de vista do empregador e aparece somente em 8ª posição na classificação dos empregados.

Crescimento na carreira - A pesquisa Global Workforce Study também revelou que as oportunidades de avanço na carreira são fundamentais para atrair e reter empregados: 55% dos empregados pesquisados citaram as oportunidades de crescimento na carreira como um bom motivo para juntar-se a uma nova empresa (2º fator de atração) ou para deixar (32%) uma empresa (3º fator de retenção).

Enquanto 57% indicaram que sua organização realiza um bom trabalho ao oferecer oportunidades de progresso na carreira, outros 44% afirmaram que precisariam deixar sua organização para avançar em suas carreiras.

Do ponto de vista das empresas, a grande maioria (85%) acredita que são eficazes ao oferecer oportunidades de crescimento profissional, enquanto 43% afirmam que a oferta de oportunidades de avanço na carreira vem aumentando.

“Hoje as (boas) empresas oferecem oportunidades de crescimento para as pessoas certas e no momento oportuno, seja pelo alto desempenho ou potencial, e cada vez menos um tão sonhado plano de carreira. Mas isso não exime a empresa de atender às expectativas dos funcionários de falar sobre oportunidades de carreira. O estudo comprova que menos da metade das empresas faz um bom trabalho de explicar os possíveis passos de carreira e apenas 55% dos empregados entendem que carreira e desenvolvimento foi assunto na sua última avaliação anual de desempenho”, revela Ortega.

A pesquisa também revelou que ainda há o que melhorar quanto ao engajamento de empregados Brasil. Apenas um pouco mais de um terço (38%) dos empregados brasileiros encontravam-se altamente engajados no momento da pesquisa. O estudo também identificou a comunicação como um dos principais fatores de engajamento sustentável, seguida pela imagem e integridade da empresa, relação com o gestor imediato, metas e objetivos claramente definidos e benefícios para empregados.

Contudo, os dados mostram que há espaço para melhoria na comunicação das empresas, em geral, do ponto de vista dos empregados: apenas 40% acreditam que a empresa faz um bom trabalho de comunicação das razões por trás das decisões importantes tomadas pelo empregador e somente 42% afirmam que as decisões tomadas pela alta liderança são comunicadas adequadamente para o pessoal do seu nível.

“O momento de crise econômica é um dos cenários mais desafiadores para a liderança. É nessa hora que as pessoas mais precisam de alguém explicando os fatos, esclarecendo as decisões difíceis e criando comprometimento para um projeto de sucesso de longo prazo - dar clareza sobre o propósito e como chegaremos lá.

Comunicação e liderança eficazes exercem um papel crucial no engajamento de empregados, sobretudo quando o mercado se torna mais desafiador”, afirma Ortega.

Vendas de veículos começam a reagir

06/12/2016 – Automotive Business



Demorou, mas as vendas de veículos enfim parecem ter parado de diminuir. Em novembro o patamar de emplacamentos subiu para 8,9 mil unidades por dia – número bem melhor do que as 7,9 mil unidades/dia registradas em outubro. Com isso, foram vendidos no mês 178,1 mil unidades, entre leves e pesados, com queda de 8,7% sobre novembro do ano passado e alta de 12% na comparação com o mês anterior. A informação foi divulgada pela Anfavea, associação que representa os fabricantes do setor.

“Foi a melhor média diária de vendas do ano, algo que deve se fortalecer ainda mais em dezembro”, observa Antonio Megale, presidente da entidade. Com o resultado, a indústria cumpre a expectativa de que a queda no acumulado do ano ficaria mais branda a cada mês. “A baixa está ficando menor. Começamos 2016 com redução de 38,8% na comparação com 2015”, lembra. Agora a contração acumulada de janeiro a novembro é de 21,2% sobre igual período do ano passado, para 1,84 milhão de unidades, o que coloca o mercado interno de volta ao patamar de 10 anos atrás.

Entre os segmentos, os veículos comerciais continuam como grandes responsáveis pela queda. A demanda por ônibus encolheu 32%, para apenas 10,4 mil chassis. Já as vendas de caminhões caíram 30,2%, para 46,1 mil veículos. Enquanto isso, o emplacamento de leves diminuiu 20,8%, com 1,5 milhão de automóveis e 280,9 mil comerciais leves.

Os números dos últimos meses foram afetados pela interrupção na produção da Volkswagen, esclarece Megale. Por causa de problemas com fornecedores, a montadora ficou cerca de um mês com suas fábricas paradas e com a rede de concessionárias desabastecida.

O executivo avalia que a situação impactou os números de produção, de vendas e até mesmo de exportação. Ele aponta que o atraso nas entregas de carros da companhia começa a ser regularizado somente agora.

Além do problema na Volkswagen, Megale diz que há outros componentes que contribuem para a demora na recuperação das vendas. Ele, que alguns meses atrás defendia que a definição do impeachment colocaria fim à instabilidade política, reconhece que o ambiente segue incerto, o que prejudica a economia.

Por causa disso a tomada de crédito para comprar veículos permanece no menor patamar histórico, com participação inferior a 51% nas vendas totais. “Os consumidores ainda estão tentando evitar dívidas”, destaca.

CRESCIMENTO DE UM DÍGITO EM 2017

Megale avalia que, mesmo com o enorme tombo das vendas no acumulado do ano, a queda parou de se aprofundar. "Este é o primeiro passo para a recuperação", afirma. Ele defende que o setor automotivo vai conseguir alcançar a projeção de 2,08 milhões de veículos vendidos no Brasil em 2016 – ou ao menos chegar perto deste número. "É um mercado menor, mas ainda muito expressivo", ameniza.

A ideia é que, com as vendas mais aquecidas nos últimos meses do ano, o panorama para 2017 seja positivo. A Anfavea ainda não especifica números, apenas adianta que a expectativa é de enfim reverter a curva e voltar a crescer no ano que vem. "Devemos avançar um dígito", aponta Megale, enfatizando, no entanto, que a base de comparação é fraca. Para o executivo, evolução mais consistente só vai acontecer a partir de 2018.

Caminhões continuam sem indício de melhora

06/12/2016 – Automotive Business



O mercado de caminhões permanece inconstante, sem indícios precisos de retomada das vendas. O mês de novembro teve 3,8 mil unidades licenciadas, registrando uma alta de 10,3% incapaz de animar os fabricantes do setor.

"O número de emplacamentos vem sendo baixo e qualquer quantidade extra causa uma variação porcentual elevada", afirma Marco Saltini, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O melhor desempenho no mês foi dos pesados, com 1,1 mil licenciamentos e alta de 33,5%. No acumulado do ano o setor de caminhões registra 46,1 mil unidades lacradas, uma queda de 30,2% ante o mesmo período de 2015.

"A média mensal este ano vem muito baixa, com apenas 4,2 mil caminhões", diz Saltini. Ele recorda que alguns fabricantes esperam crescimento de 10% a 20% para o ano que vem, mas só acredita que isso ocorrerá se o governo realmente adotar as medidas de ajuste necessárias.

A produção em novembro alcançou 5,4 mil caminhões, anotando alta de 15,7% sobre outubro, mas o acumulado do ano revela 56,4 mil unidades e forte queda de 21,1% em relação aos mesmos 11 meses de 2015.

O melhor desempenho ocorre para os semileves, com pouco mais de 2 mil unidades no ano e alta de 17,8% sobre igual período de 2015. Os pesados somam o maior volume no acumulado (19,7 mil caminhões) e também a menor queda, de 1,9%.

As exportações em novembro somaram 2,2 mil caminhões, alta de 33,6% sobre outubro. No acumulado do ano foram 19,1 mil unidades, com pequena queda de 4,3% ante 2015.

"Acredito em crescimento das exportações no ano que vem, mas volto a lembrar que este é um segmento complexo, que envolve treinamento de mecânicos, peças de reposição disponíveis e rede de revendas", afirma. Ele recorda que a indústria quer

aumentar as exportações, mas não só como alternativa ao mercado interno.

VIDA DURA TAMBÉM PARA ÔNIBUS

Em novembro o setor de ônibus teve 610 licenciamentos e registrou pequena alta de 4,5% sobre outubro. No acumulado do ano o País emplacou apenas 10,5 mil unidades, registrando queda de 32,3%. "O momento que vivemos é delicado, o setor fechará o ano com cerca de 11 mil ônibus. É um número muito baixo", recorda Saltini. O volume atual de vendas retrocedeu a 1986.

Licitações para o transporte de passageiros são aguardadas para 2017, mas os fabricantes aguardam as decisões dos prefeitos eleitos, que começam a discutir possíveis reajustes de tarifas: "É preciso saber como isso vai refletir na venda de ônibus", recorda Saltini.

A produção em novembro teve 1,6 mil unidades e pequena queda de 3,5% ante outubro. No acumulado do ano, com 17,7 mil ônibus, a retração foi de 15,4%. As exportações continuam ajudando o setor, que embarcou de janeiro a novembro 8,8 mil unidades e anotou o maior crescimento de todos os segmentos, 34,6% sobre igual período de 2015. O maior volume exportado no ano foi de modelos urbanos, 5,5 mil unidades e alta de 62,1%.

Exportações de veículos devem superar projeções para o ano

06/12/2016 – Automotive Business



As exportações de veículos deverão ser a única atividade da indústria nacional a encerrar 2016 com crescimento e ainda superar as projeções da Anfavea. De acordo com levantamento da entidade, o volume embarcado neste ano até o fechamento de novembro para outros países está 23,4% acima do verificado em igual período de 2015: foram enviadas pouco mais de 457,7 mil unidades a outros mercados, volume muito próximo da projeção, que prevê 507 mil unidades nos doze meses completos.

"Estamos caminhando para esta direção e se repetirmos [o volume de novembro], vamos até superar [as projeções], há uma tendência positiva", afirma o presidente da entidade, Antonio Megale, durante a apresentação dos resultados na terça-feira, 6, em São Paulo.

Ao longo deste ano, as exportações vêm apresentando resultados mais positivos, o que segundo Megale, reflete o esforço da indústria local em apresentar seus produtos a outros mercados. "Este esforço de abertura de mercado vem dando resultado, com alguns países já recebendo produtos brasileiros pela primeira vez, mesmo que em baixos volumes", conta.

O bom desempenho nestes onze meses foram impulsionados pelo segmento de veículos leves, cujas exportações cresceram 24,7% no acumulado do ano, para 429,8 mil automóveis e comerciais leves. Já nos pesados, houve queda de 4,3% em caminhões, para pouco mais de 19,1 mil unidades, enquanto os embarques de ônibus subiram 34,6%, para 8,7 mil.

Considerando apenas o resultado mensal, novembro foi o melhor do ano para as exportações: o setor vendeu pouco mais de 57,1 mil unidades no mês passado, volume

54,7% maior do que outubro. Também houve alta de 56,4% sobre novembro de 2015. "Foi o melhor mês desde agosto de 2013 e o melhor novembro desde 2005", destacou Megale.

Ele acrescentou que este número alcançado no mês passado é um pouco distorcido, uma vez que a Volkswagen voltou às suas operações normais após paralisar suas quatro fábricas no Brasil por falta de peças, isso em agosto. "Essa dificuldade foi superada e a nossa associada voltou a fazer exportações para compensar", lembrou.

Em valores, há crescimento, mas em menor ritmo: no comparativo anual, elas ficam praticamente estáveis, com leve alta de 0,2%, para pouco mais de US\$ 8 bilhões. Novembro contribuiu com US\$ pouco mais de US\$ 1 bilhão, o melhor mês do ano ao mesmo tempo em que ultrapassou pela primeira vez a casa do bilhão.

"Também deveremos ultrapassar nossa previsão do ano em valores", previu Megale.

Produção de veículos sofre para chegar a 2 milhões em 2016

06/12/2016 – Automotive Business



"Não vamos atingir o nível de produção de veículos previsto para o ano." Foi com esta afirmação que o presidente da Anfavea, Antonio Megale, admitiu que a indústria sofre para alcançar a casa dos 2 milhões de veículos produzidos neste ano ao divulgar os resultados da indústria na terça-feira, 6, em São Paulo.

Em suas projeções revisadas em junho e mantidas até agora, a entidade que reúne as montadoras instaladas no Brasil esperava encerrar 2016 com pelo menos 2,29 milhões de veículos produzidos, o que ainda representaria queda de 5,5% sobre o volume total de 2015, puxada pelo segmento leve, com 5,7% de queda, para 2,20 milhões, e no caso de pesados, um volume 1% menor no comparativo anual, para 94,6 mil unidades.

No entanto, o resultado do acumulado entre janeiro e novembro chegou perto – 1,95 milhão de unidades, entre leves e pesados, mesmo nível de 2004 – mas ainda abaixo da meta da associação. Com isto, a produção está 14,6% abaixo do registrado em igual período de 2015.

O fraco desempenho do mercado interno provocou volumes ainda menores de produção neste segundo semestre. Para Megale, alia-se a isso a paralisação das quatro fábricas da Volkswagen no País em agosto por falta de peças.

"Erramos no volume previsto e estamos atribuindo isso principalmente pela quebra das operações da nossa associada. Não sabemos ainda o número [da produção para 2016], mas deverá ser de 100 mil a 150 mil abaixo da nossa projeção, que é exatamente a diferença da perda da nossa associada", reforçou.

Se isso se confirmar, o ano deverá terminar com até 2,14 milhões de unidades, considerando 150 mil unidades a menos, e fecha 2016 com queda de 11,5% sobre 2015.

O executivo acrescentou que em função da instabilidade verificada ao longo do ano, a Anfavea achou por bem não refazer a projeção para a indústria. "Julgamos que a previsão foi correta e muito realista, o que aconteceu foi um imprevisto", afirmou.

Para novembro, a entidade esperava um mês forte e ele veio: foram fabricados pouco mais de 213,3 mil veículos, entre automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Este volume representa crescimento de 22,4% sobre o resultado de outubro e também alta de 21,8% sobre igual mês de 2015: foi o melhor mês de produção de veículos em 2016, além de ser o melhor mês desde agosto de 2015.

Ainda segundo Megale, há um esforço muito grande por parte da Volkswagen de tentar recuperar o tempo perdido, o que pode ter contribuído para a alta de novembro, mas o executivo defende que haveria crescimento no mês de qualquer forma.

“Novembro e dezembro normalmente são meses mais aquecidos, há uma corrida para preparar estoques e estar preparados para o fim e começo do próximo ano. Está sim um pouco aquecido em função dessa aceleração [da Volkswagen], ainda assim, teríamos um crescimento forte em novembro e esperamos que seja muito forte em dezembro. Talvez, se a produção da nossa associada tivesse sido mais equilibrada nos meses anteriores, o resultado geral não teria caído tanto”, disse. “Dezembro deve repetir [o resultado de novembro] e assim poderemos ficar acima das 200 mil unidades, o que ajudará no fechamento do ano”, finalizou.

ESTOQUE E EMPREGOS

O total de veículos parados nos pátios das montadoras e nas concessionárias esperando vendas fechou o mês passado em 206,3 mil unidades, sendo 162,3 mil nas revendas e os demais 44 mil nas fábricas. Com isto, há estoque suficiente para 35 dias de vendas, considerando a média diária de vendas verificada também em novembro, que foi de 8,9 mil unidades por dia útil, a melhor do ano. Em outubro, quando o ritmo de vendas foi um pouco menor, o estoque era de 40 dias.

“Já estamos muito mais próximos dos estoques que consideramos bons e ideais. Caiu o número, tanto com a aceleração de vendas quanto dos ajustes de produção que tenta compensar isso, portanto, o estoque está dentro dos parâmetros que julgamos razoável”, disse Megale.

Já os empregos, por causa dos ajustes de estoques nas fábricas, o total de empregados pela indústria automotiva diminuiu 0,3% na passagem de outubro para novembro, com um total de 123,2 mil. Há um ano, 131,3 mil pessoas estavam trabalhando no setor, o que revela queda de 6,2%.

No levantamento da Anfavea, em novembro, 2,2 mil pessoas continuam em regime de layoff e outras 5,2 mil estão no PPE, Programa de Proteção ao Emprego.

Confira os resultados da indústria até novembro

06/12/2016 – Automotive Business

A Anfavea, associação dos fabricantes de veículos, divulgou na terça-feira, 6, os dados de desempenho da indústria de janeiro a novembro de 2016, incluindo vendas domésticas, produção e exportação. Confira abaixo:

● **VENDAS DOMÉSTICAS**

Novembro: 178,1 mil (12% sobre outubro e -8,7% sobre novembro de 2015)
Janeiro a novembro: 1,84 milhão (-21,2% sobre jan-nov/2015)

● **PRODUÇÃO**

Novembro: 213,3 mil (22,4% sobre outubro e 21,8% sobre novembro de 2015)
Janeiro a novembro: 1,95 milhão (-14,6% sobre jan-nov/2015)

● **EXPORTAÇÕES**

Novembro: 57,1 mil (54,7% sobre outubro e 56,4% sobre novembro de 2015)
Janeiro a novembro: 457,7 mil (23,4% sobre jan-nov/2015)

Veja [aqui](#) todas as estatísticas da Anfavea.

Empregos na indústria criativa resistem à crise entre 2013 e 2015

06/12/2016 – Jornal Extra/Globo

A Indústria Criativa contabilizou 851,2 mil empregos em 2015, avanço de 0,1% na comparação com dois anos antes, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira pela Firjan. Nesses dois anos, o salário médio do setor encolheu em 3,4%, para R\$ 6.270, mantendo-se, porém, bem acima do salário médio do mercado formal brasileiro, de R\$ 2.451.

A recessão e também mudanças de mercado trouxeram modificações no perfil dos profissionais e ocupações que mais crescem, com destaque para as áreas de gastronomia e aquelas focadas em melhorar a experiência de consumo.

— Num contexto de crise, toda expansão em emprego tem de ser comemorada. A renda dos profissionais do setor, na média, é quase estável. E o Rio tem o maior salário dessa indústria no país. A indústria criativa não foge à economia de uma forma geral, mas mostra perspectiva de crescimento em diversas áreas — pontuou Gabriel Pinto, gerente de Indústria Criativa da Firjan.

A expansão em empregos formais, continua ele, mesmo tímida, ganha relevância na comparação com o recuo de 1,8% nas vagas de emprego no mercado de trabalho brasileiro como um todo entre 2013 e 2015, com o encerramento de quase 900 mil postos de trabalho. A indústria criativa gerou R\$ 155,6 bilhões para a economia do país, em linha com o desempenho de dois anos atrás.

São Paulo e Rio de Janeiro concentram mais da metade dos trabalhadores do setor no país, com 328 mil e 99 mil, respectivamente. Do total no Brasil, 80% estão fora das áreas essencialmente criativas e quase um quarto (23,4%) do total de trabalhadores atua na indústria de transformação.

GASTRONOMIA IMPULSIONA EMPREGOS

A pesquisa sustenta que o profissional criativo tem um papel estratégico no atual cenário econômico. Considerando a recessão — com queda em produção, alta da inflação e do endividamento público, freio em investimento e perda no poder de compra, resultando em recuo em emprego, renda e consumo — a tendência é que o mercado tenha de fazer cada vez mais com cada vez menos, avançar em eficiência e otimização de recursos e desenvolver métodos e produtos cada vez mais conectados com as necessidades de mercado.

Não à toa, as ocupações que apresentaram maior expansão em postos de trabalho estão concentradas em atividades focadas no aprimoramento da experiência do consumidor. A área de cultura registrou a maior expansão, de 7,1%, puxada pela gastronomia, que avançou 19,2%.

— Tem a ver com essa onda de 'gourmetização'. O avanço em ocupações como chefs de cozinha foi de 43,2%, de enólogos, de 28,7% — contou Pinto, que reconhece que a queda na remuneração média dos profissionais criativos é consequência da expansão em empregos em áreas de salários de menor valor.

O Rio continua a ser o estado com o maior salário médio na indústria criativa, de R\$ 9.826, um recuo frente aos R\$ 10.437 de 2013.

— O Estado do Rio sofre consequências da crise no setor de óleo e gás e da construção civil, impactando a ocupação em áreas como a arquitetura, que caiu 8,8%, e em pesquisa e desenvolvimento — conta Pinto.

Houve também mudança no perfil de empregos devido à adoção de novas tecnologias e mudanças de mercado. No setor de audiovisual, por exemplo, caiu a contratação de profissionais como fotógrafos (-9,2%), montadores (-28,4%) e finalizadores de filmes (-50%). No cinema, recuaram postos como os de produtor cinematográfico (-12,7%), cenógrafo de cinema (-20%), em contrapartida, cresceram outros como produtor de televisão (9,8%) e diretor de programas de TV (5,7%), impulsionados pelo aumento da produção de conteúdo para TV.

SIMPLES Nacional - Parcelamento

06/12/2016 – Cenofisco

Foi publicada no Diário Oficial da União de 14/11/2016 a Instrução Normativa RFB nº 1.670/16, que estabelece procedimentos preliminares para adesão ao parcelamento de débitos do SIMPLES Nacional previsto no art. 9º da Lei Complementar nº 155/16.

Neste primeiro momento poderão manifestar previamente a adesão os contribuintes destinatários de Atos Declaratórios Executivos (ADE) emitidos em setembro de 2016, os quais contêm notificação para exclusão do SIMPLES Nacional, por terem débitos com a Fazenda Pública Federal, com exigibilidade não suspensa.

A manifestação prévia da opção pelo referido parcelamento deverá ser feita no período de 14/11/2016 a 11/12/2016, por meio do formulário eletrônico "Opção Prévia ao Parcelamento da LC 155/2016", disponível na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet.

Salientamos que a opção prévia não dispensa a opção definitiva, com consolidação dos débitos e pagamento da 1ª parcela, que estará disponível oportunamente de acordo com a respectiva regulamentação.

Centrais rechaçam projeto de Temer para a Previdência

06/12/2016 – Agência Sindical

O governo apresentou às Centrais Sindicais o projeto de reforma da Previdência, numa reunião na noite de ontem (5) em Brasília. Não houve texto, detalhamento ou espaço para discussão, de acordo com os dirigentes que participaram do encontro.

"Tudo que o presidente apresentou é o que nós já sabíamos, não teve nenhuma novidade. O que nos interessa agora é o Congresso. Precisamos mobilizar deputados que nos apoiam para que apresentem emendas", disse à Agência Sindical o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna).

O sindicalista avalia que as Centrais, Confederações, Federações e Sindicatos precisam abrir uma ampla discussão em torno da proposta.

José Calixto Ramos, presidente da Nova Central, também se queixa que não houve qualquer discussão no encontro, porque o governo não levou seu projeto para a reunião. "Cada um de nós colocou a sua preocupação com as mudanças. Reafirmamos que existem diversos canais de arrecadação para financiar a Previdência, que o governo não está levando em conta", aponta.

Para o presidente da UGT, Ricardo Patah, a reunião foi meramente protocolar, só pra dizer que a proposta foi apresentada às Centrais e nada mais. "Avaliamos que a reforma é muito ruim. Porque, num País onde as pessoas começam a trabalhar em

média com 16 anos e as mulheres ganham menos 30% que os homens, esse projeto é um crime", denuncia Patah.

O presidente da CSB, Antônio Neto, diz que o governo mudou o campo de jogo, fazendo com que as discussões ocorram no Congresso. "Vai ser uma briga muito boa. Porque o governo ira defender os pontos dele e nós vamos defender os trabalhadores", destaca o dirigente.

Nota - A CUT não compareceu, mas divulgou nota em seu site repudiando o projeto. "A CUT jamais irá aceitar que desiguais sejam tratados de forma igual, como pretende o governo do ilegítimo e golpista Michel Temer", afirma o presidente Vagner Freitas.

Na terça (6), as Centrais permaneceram em Brasília, a fim de conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A pauta da reunião foi a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) na Casa